

# GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



Nelson Pestana  
Investigador-coordenador  
Centro de Estudos Africanos da UCAN

I CONFERÊNCIA “PENSAR O SUDOESTE”

# A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



## introdução

Esta apresentação tem como substracto os resultados de uma pesquisa do CEA-UCAN, sob a epigrafe “A Gestão do Recursos Naturais e o poder local”, feita em três municípios: **Jamba** (Huíla), **Soyo** (Zaire) e **Chitato** (Lunda-Norte).

A partir dos seguintes **critérios de escolha**:

- localização geográfica (norte, leste e sul);
- representatividade na geopolítica dos RN do país

É claro que cada município tem suas **especificidades**:

- geografia;
- história;
- desenvolvimento socioeconómico;
- cultura;
- ecologia... ..

### E aspectos comuns:

- grandes défices infraestruturais;
- grande importância para uma estratégia nacional de desenvolvimento;
- grandes potencialidades produtivas, (quer ao nível da indústria extractiva, quer da agropecuária)
- grandes possibilidades de diversificação económica  
(à sua escala, podendo uns sectores financiar outros);

## introdução

Para além da **similitude**:

- De serem territórios de exploração RN;
  - Em que
    - o espaço geográfico, como **lugar de vida em comum**, parece ser constituído pela própria actividade de exploração RN;
    - a geografia parece não existir senão pela exploração dos RN e para ela;
    - a história de cada município é estreitamente associada ao “papel central” da exploração dos RN;
    - parece haver uma estreita relação entre a economia local e a exploração dos RN;
- Sendo esse “papel central” da exploração dos RN apresentado como uma evidência que não se prestar à controvérsia.

## introdução

Enfim, em que:

- Há a dominante de uma **economia de companhia** que se constitui numa entidade supra territorial
- Se observa a **aceitação, a legitimação e a subordinação da Administração local** à “servidão voluntária” imposta por essa **economia de companhia**;
- **Por força do licenciamento** obtido junto do poder central (novo tipo de “cartas forenses”) e das benesses e prebendas à governação e governantes locais.

## introdução

Esta comunicação é centrada no município da **JAMBA** mas não vou fazer o perfil deste município, embora tenha necessidade de ressaltar algumas das suas características que fazem dele **um dos polos potenciais de desenvolvimento da Huila.**

(Integra o triangulo mineiro da província com o Chipindo e o Cuvango)

### 4 razões:

#### ● Recursos minerais

(ferro, ouro, pedras semipreciosas, mercúrio e há referências à existência de diamantes);

#### ● Recursos Florestais

(embora a vegetação seja dominada por formações lenhosas, tem várias espécies favoráveis em madeira de boa qualidade (girassonde, mussivi, mupanda, mumue e outros),

#### ● Recursos Hídricos

(vários rios e lagoas com bons índices de captura de peixe e caudais e albufeiras)

#### ● Geografia de partilha,

i. e., uma localização geográfica privilegiada que lhe permite partilhar com os municípios vizinhos (Matala, Chicomba (Huíla), Cuvelai (Cunene) e Cuchi (Cuando-Cubango) uma certa complementaridade e dispor de boa ligação à capital da província (por estrada e por via férrea).

# A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



## introdução

Reafirmo: **minha perspectiva é filosófica**, meu propósito é **questionar** a relação entre a **exploração dos recursos naturais** e o **desenvolvimento local**.

### **Três questões:**

- 1.No estabelecimento das políticas públicas de exploração de RN as autoridades locais (Administração e AT) são levadas em consideração?
- 2.A exploração dos RN impulsionam a economia local e o bem-estar das populações?
- 3.Na exploração dos RN são levadas em consideração a protecção do Meio Ambiente, da Saúde Pública e do património histórico?

# A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



## I. Relação Estado central, Administração local e AT

- Toda política de exploração dos recursos naturais está concentrada no poder do Estado central;
- RN são monopólio do poder central que negocia com as companhias e os monopólios internacionais e determina o destino dos territórios e seus habitantes
- Neste capítulo, **há uma dissociação** entre o Estado central, Administração municipal e AT que são afastadas da gestão dos Recursos Naturais;
- **Mas há também um campo de tensão**
- Um campo de tensão porque **há uma percepção diferenciada de interesses** (nomeadamente em relação à titularidade desses recursos)

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

#### Artigo 16º

#### (Recursos naturais)

“Os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar continental, na zona económica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola **são propriedade do Estado**, que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, **nos termos da Constituição, da Lei e do Direito Internacional**”

## I. Relação Estado central, Administração local e AT

➔ Afinal, o município é:

- um **lugar de vida** e de reprodução social **entrecruzado por interesses diversos**,
- Um **lugar controlado** pela Administração municipal que tem a função de manter a ordem local e disciplinar os corpos;
- Tarefa para a qual conta com o auxílio de corpos intermédios;  
(De que se destacam as AT na sua posição ambígua de ser, ao mesmo tempo, representantes da população e da Administração)

### **OU SEJA:**

As relações da Administração local com as comunidades do município - esse ponto fulcral da operacionalidade e eficácia dos serviços básicos que o Estado pretende oferecer às populações - dependem da natureza dessa Administração, de como se estrutura e integra outros actores locais como mediadores da dialéctica da vida em comum.

# A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

## I. Relação Estado central, Administração local e AT

Na equação actual:

- **a articulação entre a Administração e as AT é fundamental para o controlo e subordinação da população, e, por isso, a Administração da Jamba faz uma reunião ordinária mensal com todos os sobas do município;**
- Logo, as AT aparecem como uma estrutura orientada de cima, pelo Executivo, para controlar e servir as comunidades e materializar a interacção entre as comunidades e o município como **espaço de governo e de vida.**

Normalmente, depois disso,

- os sobas procuram alargar a sua legitimidade, ouvindo a Assembleia da comunidade, particularmente na concretização daquilo que o discurso oficial chama de “municipalização dos serviços”

(água potável, educação, saúde, acção social e extensão rural (para o meio rural) ou animação cultural (para o meio urbano).

Sendo, por isto, as AT, também um elemento reactivo que representa (na medida do possível) os interesses da população diante da Administração.

Mais ainda quando a relação de subordinação das AT à Administração é, ela própria, condicionada pela subordinação e extrema dependência da Administração municipal do Governo provincial.

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### I. Relação Estado central, Administração local e AT

**É o governo provincial** que detém os meios materiais e financeiros, a quem é preciso solicitar, sempre que estes se revelem necessários.

(e.g.; as obras são decididas na capital)

**Os municípios não dispõem de orçamento próprio** e, mesmo quando o tiveram, quase sempre não conseguiam a cabimentação das verbas alocadas e, ou, mesmo, pior ainda, a liquidez para pagamento da realização das obras municipais planificadas.

**O PIDMCP (antes PMIDRCP) é a única ferramenta da gestão municipal** que faz destes meros auxiliares do poder central (Lei 16/17) que apenas tem a função de facilitação dos planos decididos pelo poder central, depois de terem dado opinião sobre um leque de escolhas de obras.

Não são pois tidos, nem achados na determinação das políticas públicas de exploração dose Recursos Naturais.

## II. Economia local e o bem-estar das populações

O **desenvolvimento nacional** tem sido abordado **como crescimento económico** e como se **o país** fosse uma realidade **homogênea, abstracta e geral**, não levando em consideração as múltiplas **realidades heterogêneas, concretas e particulares**.

(Angola é assimétrica económica, social e regionalmente, mas é tida como uma realidade homogênea que apenas se contradistingue em relação aos outros países africanos ou outros)

Os **centros decisores** têm uma imagem distorcida da sua realidade concreta, ou por excesso ou por defeito, talvez porque **não incorporam o local estruturante** nas suas análises e fundamentos de decisão.

Esse **local estruturante** poderia assegurar um **desenvolvimento local consolidado** e somar-se num **desenvolvimento nacional acrescentado**.

- Aproveitando o **espírito empreendedor e a acção voluntarista dos locais** que se lançam na produção e nos serviços, tornando o crédito acessível e uma componente regular da acção empreendedora local, dotando-os de novos conhecimentos sobre os processos económicos e financeiros, melhorando os modos de acção dos empresários locais para que possam melhorar e estruturar os seus planos de investimentos,
- Aproveitando ou criando **novas oportunidades de acção** (negócios) com espírito de integração alargada a outros actores, juntando, desse modo, sinergias locais e evitando a competição desnecessária e extemporânea, fazendo-os ganhar consciência de pertença a um sistema integrado de produção e solidariedade, até pelo cumprimento das suas obrigações fiscais.

## II. Economia local e o bem-estar das populações

Não promove a interiorização da acção das empresas estrangeiras

- questão importante para impulsionar o **crescimento da economia**;
- para impulsionar a criação de emprego local e bem-estar.
- Isso teria como consequência positiva:
  - fazer circular o dinheiro no interior do município;
  - viabilizar a existência de bancos locais;
  - alavancar a economia produtiva e de serviços locais;
  - integrar todas as formas de actividade.

## II. Economia local e o bem-estar das populações

### II. Economia local e o bem-estar das populações

A **visão do(s) centro(s)** sobre o desenvolvimento do país, **tem força reprodutiva.**

E é, por isso que na **Jamba** se olha, no geral, para Luanda e, no particular, para o Lubango,

Há uma percepção geral de que a salvação, a saída do município da letargia, em que se encontra, far-se-á com a **retomada da exploração** empresarial e em escala **do ferro** (secundado pelo **ouro**).

Há uma orfandade atávica, uma mórbida viuvez pela falência da AEMR, Ltd e pela incapacidade da FERRANGOL, EP encontrar soluções práticas para o relançamento da produção. Tudo é posto por conta da **crise económica do país** porque esta não permite a retomada da exploração mineira que implica novos investimentos depois de terem “torrado” cerca de 260 milhões de USD em prospecção.

Há dificuldade em pensar o município para lá da exploração mineira, como se esta é que desse sentido à geografia, à história, à economia e à vida no município.

**Há uma dependência material e intelectual da economia de companhia.**

## II. Economia local e o bem-estar das populações

### II. Economia local e o bem-estar das populações

Mas, apesar desta percepção de cima, as pessoas continuam a viver (e a morrer) numa reprodução social que pouco tem a ver com a economia de companhia.

- Há notícia e evidências de **tráfico de mineiro** (ferro, ouro, ...) que alimenta uma **economia subterrânea** que funciona e contribui para fazer circular dinheiro no município, para além da massa de salários da função pública, dos bancos e do pequeno comércio e serviços.

Essa circulação monetária no município estimula actividades agrícolas e comerciais locais, o que não torna evidente o pretenso **efeito negativo de contaminação** da economia nacional em relação à economia do município.

Permite sim, colocar em evidencia a existência de uma **economia de subsistência** que é predominante e intelectivamente, anterior à economia nacional, na vida das pessoas

E cujo tecido produtivo que se desdobra na agricultura, pecuária e pesca e serviços, tem grande potencialidade e importância para a segurança alimentar das populações, apesar dos nossos interlocutores nem sempre lhe atribuírem a importância económica e social que representa.

Na estrutura produtiva do município que não tem nenhuma indústria, a agricultura e, particularmente a **agricultura familiar**, é fundamental e **de importância estratégica**

## II. Economia local e o bem-estar das populações

O município tem actualmente a **agricultura como principal actividade** e as suas características agro-geológicas fazem dele produtor de cereais, hortícolas (sendo autossuficiente nestes produtos) frutícolas, tubérculos e raízes.

Não há nenhuma actividade agroindustrial, embora haja vontade manifestada para investimentos locais na agricultura empresarial.

**A fruticultura** é um sector tímido, embora seja uma das apostas do debutante sector empresarial agrícola e de camponeses que apoiados pela EDA (Estação de Desenvolvimento Agrícola) estão a iniciar com abacate, manga, goiaba e citrinos .

Em relação a **horticultura**, o município, há dois anos, comprava tomate da Matala, hoje é autossuficiente e começa a vender para fora.

O aumento da produtividade e da produção terão como consequência a equação de **empreendimentos agroindustriais de produção alimentar** que deverão estar em sincronia com o desenvolvimento de recursos materiais e humanos locais

para se evitar que vem acontecer o sucedido em outras localidades onde tais estruturas foram implementas com inteira dependência de recursos técnicos e de gestão externos.

## II. Economia local e o bem-estar das populações

A **criação de animais** é um dos elementos que integra a economia rural da Jamba na economia nacional pois estes destinam-se ao mercado local de carne mas também do Huambo, Bié, Cuando-Cubango e Malange.

Os criadores dispõem de 4 mangas de vacinação e respectivos tanques banheiros (Cassinga, Mutiapulu, Dongo e Ndumba).

A maioria dos criadores locais de animais não têm hábito de explorar o leite dos animais ou de transforma-lo em produto acrescentado, através dos seus derivados.

Os pequenos criadores têm **relutância cultural** em alienarem o gado bovino porque este, para além de um valor simbólico, funciona como reserva de riqueza.

A **avicultura** prevê um forte incremento pois o município conta com um aviário que já está montado mas ainda não está a produzir.

A **apicultura** (30 mulheres e 10 homens).conta com o incentivo do **Programa de Apoio à Mulher Rural**, na produção artesanal de mel.

## 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

Na Jamba “**a pobreza é visível à vista desarmada**” – é convicção de nossos interlocutores partidários, sociais e religiosos e nossa constatação na observação de terreno.

Mas, para definirmos um **quadro de referência do bem-estar** das populações **objectivo**, escolhemos duas variáveis que nos permitem ter uma percepção próxima da realidade de vida das pessoas:

- (a) renda familiar e
- (b) serviços básicos de apoio  
(ou seja, acesso à água potável, saúde (preventiva e curativa), educação e cultura) recolhendo os respectivos indicadores

### (a) A RENDA FAMILIAR

Esta é proveniente sobretudo do emprego assalariado (público ou privado) do trabalho informal ou do empreendedorismo.

Por isso fizemos uma abordagem empírica de três bairros da Jamba (**Sede, Kwandja e Kakola**) objectivando, igualmente, verificar, em que medida, o que foi observado nos bairros confirma o impacto da exploração dos recursos naturais no crescimento económico do município e no bem-estar das populações.

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

O **sector formal**, público e privado, é constituído pela Administração pública, educação, saúde e Polícia Nacional.

A que se juntam algumas lojas comerciais, bancos, uma bomba de combustível e dois bares.

Este sector está concentrado no bairro-Sede, sendo quase inexistente no bairro Kwandja e Kakola.

As **actividades de natureza informal** estão disseminadas por algumas partes do bairro-Sede, sobretudo na rua principal, logo à entrada da vila. Aí há pequenas concentrações de vendedores (maioritariamente senhoras e crianças), que dividem a clientela com três lojas-armazém e uma ou outra lanchonete e dois bares onde há número muito reduzido de pequenos estabelecimentos de restauração e transportes informais, moto-táxis (kupapata), que ligam o centro urbano as zonas periurbanas e rurais. A generalidade dessas actividades é realizada em pequena escala, com a finalidade de subsistência.

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

O **bairro Kwandja** situa-se no periurbano e tem características rurais, embora seja muito próximo do centro (Sede) e o de mais antiga ocupação. Dispõe apenas de uma loja a retalho, propriedade de um estrangeiro que emprega dois angolanos. Há uma considerável procura dos produtos dos pequenos produtores que alimentam os mercados informais, quer do bairro, quer de outros bairros, estabelecidos na via pública. Não dispõe de rede de distribuição de água potável, nem infraestruturas de saneamento básico, embora algumas casa tenha



Fabrica de Canhome (Capuca)/foto: Mateus Agostinho

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

O **bairro Kakola**, o mais afastado do centro, apresenta também característica rurais e regista maior densidade populacional do que o Kwandja.

Apesar da existência de um mercado informal (praça), onde observamos se vende feijão, milho, mandioca, ginguba, massambala, cana-de-açúcar, cebola, tomate, galinhas, ovos, etc.,

Não regista muitos casos de venda nas vias ou à porta das habitações, comparativamente com a Sede.

Foi instalada uma rede de distribuição domiciliar de água potável

Não há saneamento básico.



Cantina, bairro Kakola/foto: Mateus Agostinho

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

O denominador comum aos três bairros da Jamba:

- **o desemprego**, é frequente a expressão “nós jovens estudamos e não há emprego”;
- **Fraca capacidade** técnica, económica e financeira;
- **Fracos salários** que não asseguram as necessidades das famílias;
- **Inexistência de rede de electricidade**, com excepção do bairro Sede que conta com um gerador que fornece electricidade apenas das 18 as 22 horas;
- Insuficiente e não funcional rede de água potável
- **Transporte público por serviço de moto-táxi** (kupapata);
- Comércio de bebidas alcoólicas tradicionais, Walendi, Canhome (capuca), Vingundu (feito a base de mel).
- **Baixa densidade populacional**, Há muitas casas devolutas.

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

Jamba-Mineira Quadro das infraestruturas escolares (2018)					
Infraestruturas	Centro infantil	Ensino primário	1º ciclo	2º ciclo	Total
Escolas	2	54	38	2	94
Salas					419
Cassinga			38	2	94

A maior parte das infraestruturas estão concentradas na capital do município

-Instituto Médio Politécnico e o Liceu.

-Das 94 escolas há 15 de construção deficiente, 39 de construção precária – feitas com materiais locais: Adobes, com tecto de chapa de zinco e sem latrinas e espaço para depósito do lixo.

-no meio rural, algumas escolas estão em instalações de igrejas ou as aulas são ministradas debaixo das árvores.

Há 419 salas, das quais 98 deficientes, 196 provisórias e 125 improvisadas.

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### 2.2. Quadro de referência do bem-estar da população

#### **COBERTURA DE:**

**Merenda escolar;** funciona apenas em 14 escolas do casco urbano com um menu composto de arroz doce, pão e leite.

**Manuais escolares;** distribuição mais ou menos regular mas não cobre o 1º ciclo.

Existe no município 3 a 4 comissões de pais

**Professores residentes:** Jamba e Cassinga = 50% e Donga – 40%

Percentagem por níveis de ensino

A maior parte das escolas não têm equipamentos, nomeadamente carteiras suficientes para o número de alunos.

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### A questão da juventude

As demandas são imensas, num ambiente de expectativas quebras.

(várias entrevistas e vários grupos focais com estudantes e jovens dos bairros).

Os estudantes são unânimes na denuncia da falta de condições de vida e das grandes dificuldades deles e de suas famílias.

Não aceitam mais justificações políticas e **retórica de promessas** repetidas.

Dizia um professor que **os jovens “passam o dia a chupar cana” e a delinquência “acontece no município por falta de emprego”**; **“os problemas são reais”** e carecem soluções reais. E soluções locais: Emprego, Educação superior, energia, sinal de internet, desportos e lazer.

Os jovens pouco acreditam na relação entre exploração mineira e bem-estar

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL

### A questão da juventude

Os jovens pensam que o futuro do município “só pode ser de desenvolvimento mas “com emprego”, pois eles só poderão “dar um contributo para o desenvolvimento do seu município se tiverem emprego”.

A grande magoa do momento era o facto do **município ter sido penalizado no concurso para professores** quando nunca foi contemplado com um Instituto de Formação de Professores.

Na Jamba “o emprego era mais ser professor”, mas este ano, por orientação do MED, quem não tinha agregação pedagógica, para além da formação geral, não teve acesso ao concurso e como o município nunca teve uma formação específica de professores, a quota do município foi preenchida por pessoas de fora que correspondiam aos requisitos do concurso.

Isso provocou descontentamento e levou 150 finalistas do ensino médio no Instituto Politécnico a desistirem da sua formação. Para eles não tinha mais sentido continuar a estudar para depois não poder concorrer para professor que é a única saída profissional da sua formação. É convicção de alguns de que “as pessoas empregadas no município são de fora e não se importam com o desenvolvimento do município porque depois de trabalhar vão instalar-se em outro lugares”

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



### Conclusão

Hoje, **parece ser consensual** que o desenvolvimento sustentável, baseado numa exploração criteriosa e cuidada dos RN, respeitadora do meio ambiente e das suas limitações naturais, constitui um dos maiores desafios para a humanidade.

As autoridades da Jamba têm os RN como uma bênção e como garantia de desenvolvimento e bem-estar. Para eles “o país tem um outro rumo” e, isto, por si só, constitui um campo de possibilidades de mudanças.

Parece haver um certo feitichismo de possibilidades e uma renúncia a pensar local, ficando dependente das decisões de cima e da economia de companhia.

Por isso - sendo os actores locais dissociados dessa exploração, não havendo grandes benefícios (senão residual) dessa exploração para o município e para os munícipes -.parece ser unânime que somente poderá haver uma verdadeira mudança com a implementação das autarquias locais;

**pois** com estas os municípios ganham poder deliberativo;

**pois** os municípios e munícipes poderão dispor mais e melhor dos RN,

**pois** até agora não se têm levado em consideração as demandas sociais, económicas e ecológicas das populações locais;

## A GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PODER LOCAL



### Conclusão

**pois** os locais são remetidos para a condição de mão-de-obra precária (não-qualificada, barata e não assistida em termos legais), cujo trabalho é feito por conta própria ou por meio de vinculação semiformal às multinacionais e aos consórcios nacionais que detém os direitos de exploração mineira.

E, a **economia do município**, embora tenha a exploração dos RN como demiurgo, não é integrada num único sistema e é tripartida em economia formal, economia de subsistência e economia paralela.

Para além, dessa economia antiga baseada na caça artesanal, recollecção de frutos silvestres e trabalhos domésticos que é característica da **comunidade San** que se localiza em Xá-Mutete e que está em fase de sedentarização e de integração na economia monetária.

MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO DISPENSADA